FACULDADE Eficaz
BOLETIM

O USO DAS TICs NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM COMO ESTÍMULO PARA ALUNOS DE INCLUSÃO: BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DESSA PRÁTICA

CARVALHO, Danielli Sarcetta

Resumo: O presente artigo traz a importância da tecnologia na sala de aula, especificamente o uso de aparelhos eletrônicos como o celular, tablet e notebook como recurso didático para alunos de inclusão, visto que tais aparelhos se fazem presentes na vida em sociedade do ser humano, e que fica impossível não o incorporar na vida escolar também, o que se chama de Tecnologia de Informação e Comunicação. Logo, visa objetivar o papel do professor frente às novas tecnologias educacionais, e como contribuirá para que estes recursos sejam incorporados à suas práticas pedagógicas. A pesquisa se baseia principalmente a partir do que Moran (2012) discuti sobre a incorporação da tecnologia na escola, esse veículo de comunicação de tamanha rapidez que supre várias deficiências encontradas no ensino. Diante disso, neste trabalho foi abordado algumas práticas que possam ser utilizadas pelo professor em suas aulas, principalmente aos alunos de inclusão, mostrando qual a equivalência do uso da tecnologia em favor de beneficiar alunos e professores. Os benefícios foram mais relevantes que os malefícios encontrados a partir da utilização das Tics no ensino para com alunos de inclusão, cada aluno apresenta uma dificuldade, e tem suas próprias delimitações, e em consequência disso, tem o seu próprio tempo de produzir e chegar ao conhecimento que o professor tanto almeja, e com a tecnologia ficou mais fácil desenvolver um trabalho que estimule o aluno com necessidades especiais a querer aprender e mostrar o quanto também é capaz.

Palavras-chave: Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC. Educação Inclusiva. Práticas Pedagógicas.

Abstract: The related article proposed to bring a topic that has been debated in schools today - the use of mobile phones as a teaching resource - and therefore, it has been studied by many authors as the cited during the search. The aim was to present the benefits and detriments that the use of the mobile device can bring students into the classroom, and how the teacher can incorporate this tool as a teaching resource in your favor. So, it was identified some practices of how to use it within the school, causing the smartphone be seen by students as well as a distraction and entertainment object, but rather a source of information and knowledge. The research was totally literature where relevant placements of authors in the field were presented. The research done so far on the subject are still very limited, so it is important to do more studies on ICTs and consequently cell phone use in school, so education teachers and mentors have where to base, improve and innovate the lesson plans from the use of mobile phones.

Keywords: Information And Communication Technology - ICT. Inclusive Education. Pedagogical Practices.

1. INTRODUÇÃO

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) aumentam os desafios da realidade escolar, principalmente quando o foco em questão é atender alunos de inclusão. Não que estes sejam um problema, muito pelo contrário, é uma forma de incentivar o professor a pesquisar e estudar práticas eficientes que inclua o aluno com necessidade especial a ter o melhor aproveitamento de sua aula. Logo, educadores precisam se adequar a realidade desenhada pelas TICs, e entre elas temos o celular e o tablete, aparelhos populares, com aplicativos que podem vir a ser utilizados em sala de aula como recurso pedagógico.

O objetivo da pesquisa é elaborar práticas eficazes, que auxiliem orientadores e professores a incorporarem esses meios tecnológicos de tão fácil acesso dos alunos nas aulas. Pois, com o uso da TIC e da Internet pode-se navegar livremente pelos hipertextos de forma não-sequencial, sem uma trajetória predefinida, estabelecer múltiplas conexões, tornar-se mais participativo, comunicativo e criativo, libertar-se da distribuição homogênea de informações e assumir a comunicação multidirecional com vistas a tecer a própria rede de conhecimentos (ALMEIDA, 2001).

A pesquisa é de caráter bibliográfico, justificamos a escolha desse assunto para a pesquisa devido a contribuir e ampliar as reflexões, voltar o olhar para o aluno de inclusão, no qual necessita de maior atenção quanto a esta questão. Os estudos científicos no campo da Educação Especial com ênfase as TIC como auxiliador no processo ensino-aprendizagem aos alunos de inclusão, como registra Moura (2012),

> O acesso a conteúdo multimídia deixou de estar limitado a um computador pessoal (PC) e estendeu-se também às tecnologias móveis (telemóvel, PDA, Pocket PC, Tablet PC, Notebook), proporcionando um novo paradigma educacional, aprendizagem móvel, através de dispositivos móveis. (MOURA, 2012, p. 07)

A pesquisa está focada principalmente com as tecnologias móveis de comunicação, pois, acredita-se que o manuseio é mais fácil para o aluno, onde o acompanhara durante todas as aulas e no contraturno quando necessário. Além de fornecer conhecimentos acerca das bases legais que dão suporte aos alunos com necessidades especiais.

Desta forma o trabalho aqui se encontra dividido em três seções. Na primeira – Educação Especial: Percurso Histórico – apresenta-se o processo e contextualização da Educação Especial e alguns dos marcos significantes a ela referido. No segundo capítulo – Legislação Brasileira acerca da Educação Especial – identifica-se as leis que garantem proteção aos alunos com necessidades especiais, enfatizando as mudanças efetivas de serviços e atendimento a eles. Por fim, na terceira seção – As TIC no processo de ensino aprendizagem para com o aluno de inclusão –, analisando os benefícios e malefícios dessa tecnologia, e como utilizá-la de modo que garanta um maior aprendizado.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL: PERCURSO HISTÓRICO

Durante séculos, no período pré-científico, a deficiência sempre esteve associada à religiosidade, ao místico e aos desígnios da natureza, ora em forma de castigo, ora em forma de benção. Logo, em consequência desse mito que circulava em torno dessas pessoas, o deficiente fora tratado como um estorvo por muito tempo.

> Desde a concepção metafísica, que relacionava a deficiência ao sobrenatural, em que pessoas nessas condições eram tratadas como a personificação do mal, sendo passíveis de torturas e morte para expiação dos pecados, até os séculos da Inquisição Católica que se seguiram, apenas reforçou-se a mística da divindade a respeito das pessoas com deficiência. (BRASIL, 2006, p.17).

Dessa forma, até o final da Idade Média, o deficiente era excluído da sociedade, sem nenhuma atenção educacional. Somente no início do século XVIII é que surgiram iniciativas para evitar o isolamento e buscar desenvolver as potencialidades desses indivíduos. Mudanças significativas só passaram a ocorrer no final do século XIX, com os avanços da Medicina. A partir de então, a deficiência passou a ser encarada como doença e surgiram tentativas de busca por respostas.

Nesse momento, surgiu o primeiro paradigma da Educação Especial: a institucionalização, que se baseava na segregação do indivíduo, impossibilitando-o do convívio social. Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos (2006), as primeiras práticas científicas que vieram a dar um pouco mais de atenção à pessoa com deficiência tinham como intuito, desenvolver apenas um trabalho de proteção ou tratamento médico, ainda não via a necessidade e a importância de elaborar práticas pedagógicas que os formasse para a vida em sociedade como de um cidadão qualquer. Nesse contexto, destacam-se dois nomes: Jean Itard e Philippe Pinel. Itard por suas tentativas de educar e recuperar, por meio de procedimentos médico-pedagógicos, o potencial cognitivo de Victor que, supostamente, apresentava uma deficiência mental profunda e Pinel por sistematizar os primeiros estudos científicos sobre a mente humana.

> A Educação Especial, nesse período, não mantinha objetivos especificamente acadêmicos. Seu currículo priorizava a "instrução básica" com o ensino das letras e noções da aritmética, mas destacava-se o trabalho manual para o treinamento industrial. […] O caráter do atendimento era assistencial e filantrópico, já que não tinha finalidade pedagógica, mas de proteção dos membros da sociedade, por meio da reclusão das pessoas ditas anormais (BRASIL, 2006, p.20)

Na primeira metade do século XX, começaram a surgir movimentos sociais em defesa dos direitos das minorias. Esses movimentos ganharam força, sobretudo nos Estados Unidos, e passaram a criar pressão social a fim de modificar o olhar sobre a pessoa com necessidade especial visando minimizar a segregação e a discriminação.

> O paradigma da institucionalização permaneceu como modelo de atendimento até meados da década de 1950, quando eclodiram inúmeros movimentos sociais no mundo ocidental, decorrentes do clima de insatisfação social, gerados após o término da segunda Guerra Mundial (BRASIL, 2006, p. 21).

Esses movimentos ganharam força, sobretudo nos Estados Unidos, e passaram então a criar pressão social a fim de modificar o olhar sobre a pessoa com necessidade especial visando minimizar a segregação e a discriminação. Observa-se, nesse momento, o advento do paradigma de serviços em detrimento à segregação. Esse novo paradigma tem como ideia principal a integração do indivíduo com necessidade especial. Nesse sentido, as instituições deixam de ser locais de confinamento para serem locais de preparação do indivíduo para a sociedade. Nesse período, são observadas tentativas de inserção de pessoas com necessidades especiais em ambientes menos restritivos.

> Em relação à educação, esses princípios incitavam ao reconhecimento do potencial para a aprendizagem desses sujeitos, promovendo etapas para sua integração, que envolviam diferentes possibilidades de inserção: escolas especiais, classes especiais, classes comuns com apoios e classes comuns sem apoio (BRASIL, 2006, p. 23).

No final da década de 1980, algumas críticas ao modelo de inserção começam ganhar força e outro modelo passou a vigorar: a inclusão. Esse modelo, baseado no paradigma de suporte, propõe a fusão entre o Ensino Especial e o Regular.

Segundo esse paradigma, não é o indivíduo com necessidade educacional especial que deve se adaptar a sociedade, mas sim é a sociedade que deve "[...] tornar disponíveis suportes – social, econômico, físico, instrumental – garante o direito à convivência não segregada e ao acesso imediato e contínuo aos recursos disponíveis aos demais cidadãos na comunidade" (SEED, 2006, p.26). Logo, é dever da escola, garantir este suporte, para que o aluno com certas necessidades especificas, se sinta acolhido e principalmente, tenha o melhor aproveitamento do que a escola o pode oferecer, o conhecimento.

> Este paradigma associou a ideia da diversidade como fator de enriquecimento social e o respeito às necessidades de todos os cidadãos como pilar central de uma nova prática social: a construção de espaços inclusivos em todas as instâncias da vida na sociedade, de forma a garantir o acesso imediato e favorecer a participação de todos nos equipamentos e espaços sociais, independentemente das suas necessidades educacionais especiais, do tipo de deficiência e do grau de comprometimento que estas apresentem (BRASIL, 2004, p. 13).

E foi nesse sentido, após a da década de 1980, que organismos internacionais sistematizaram documentos norteadores das políticas públicas visando a Educação Inclusiva (SEED, 2006). A proposta de Educação para Todos, de 1990, e a Declaração de Salamanca, de 1994, têm importante papel visto que são um marco de incorporação legal da inclusão, servindo de base para diversas diretrizes acerca da Educação Especial.

> Na década de 1990, todos esses princípios foram reforçados e explicitados, com maior clareza, nos textos legais subsequentes, inspirados em documentos internacionais como a proposta de Educação para Todos (Jomtien-Tailândia) e a Declaração de Salamanca (Espanha, 2004). Tais documentos abriram espaço para a ampla discussão sobre a necessidade de os governos contemplarem em suas políticas públicas o reconhecimento da diversidade dos alunos e o compromisso em atender às suas necessidades nos contextos escolares comuns (BRASIL, 2006, p.27).

Diante de todos esses projetos de leis que começaram a entrar em vigor no final do século XX, em virtude de beneficiar o aluno de inclusão, e trazê-lo para perto, e não o deixar à esquerda da sociedade, é importante destacar que muitos dos propósitos foram cumpridos, ou vem sendo trabalhado para poder atender a todos os que necessitam dessa atenção especial. No entanto, para aquelas pessoas que tem contato direto com um aluno de inclusão no seu dia a dia, dentro de uma escola, por exemplo, no qual trata a pesquisa, irá dizer o quanto ainda falta para que se chegue ao ápice do que possamos chamar de bom, e por isso, vale muito a pena pesquisar e se integrar desse assunto, quanto a nós, educadores.

3. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A trajetória da Educação Especial no Brasil tem suas raízes ainda no período colonial, onde se observava algumas iniciativas em instituições de São Paulo. Porém, nesse período, prevalecia o descaso da educação voltada para minorais.

Segundo Romero e Souza (2015), o marco da Educação Especial brasileira ocorreu somente no período imperial, sob a concepção de institucionalização vigente na Europa. Segundo essa mesma autora, em 1854, Dom Pedro II criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos que, em 1891, passou a se chamar Instituto Benjamin Constant - IBC. Já em 1857, D. Pedro II criou o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos e, em 1874, iniciou-se o tratamento de deficientes mentais no hospital psiquiátrico da Bahia (hoje hospital Juliano Moreira). Entretanto, cabe lembrar que, a criação de tais instituições não passou de iniciativas isoladas e sempre vinculadas à elite:

> Torna-se interessante frisar que, assim como no resto do mundo, no Brasil, as primeiras iniciativas no atendimento às pessoas com deficiência tiveram caráter privado, já que os grupos pioneiros envolvidos nesse processo de criação de serviços tinham suas ações reguladas por interesses pessoais, como a necessidade de oferecer algum atendimento a um familiar, ou simplesmente pela beneficência, incentivada pela Igreja nas classes mais abastadas. (BRASIL, 2006, p.20).

Conforme pondera Capellini e Mendes (2015), embora a Constituição de 1824, a primeira no país, prometesse a educação primária e gratuita a todos, esta foi relegada ao esquecimento. Nesse período, observa-se o predomínio da filantropia e do assistencialismo acerca da Educação Especial. Segundo a SEED (2006), somente na segunda metade do século XX é que foram observadas as primeiras ações de atenção à deficiência de caráter público motivado, resumidamente, por dois fatores: a mobilização social e os movimentos socioeconômicos mundiais.

> A LDB n. 4024/61 exemplificou esse movimento. De maneira inovadora, destinava um título à Educação Especial, com menção à oferta de serviços educacionais aos portadores de deficiência, "dentro do possível no ensino regular", integrando-os, pela primeira vez em um texto de diretrizes da educação nacional, como um grupo-alvo

> das políticas do Estado. Ainda que estivesse expressa a intenção do atendimento na rede pública regular, no mesmo texto, resguardava-se o incentivo financeiro às instituições particulares que ofertassem esses serviços, convalidando ações que já ocorriam, havia quase uma década, com a criação da Sociedade Pestalozzi e das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes). (BRASIL, 2006, p. 22).

A partir de 1990, segundo Meletti (2014), o Brasil aderiu às orientações internacionais firmadas na Declaração de Educação para Todos e na Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais (1994), resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. Dessa forma, a relação da Educação Especial por meio da filantropia passa a ser afetada em nosso país. Esses documentos estabelecidos a partir da década de 1990 passam a nortear a formulação das políticas públicas que contemplem a universalização do ensino e da educação inclusiva em nosso país.

Cabe lembrar ainda que, já em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil já assegurava o acesso à educação na rede regular de ensino aos alunos com necessidades educacionais especiais. Todavia, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, vem para afirmar esse acesso trazendo as exigências de adequação dos sistemas de ensino para atender as especificidades desse público.

> No Brasil, o instrumento jurídico precursor na legitimação da voz dos movimentos sociais pela inclusão educacional é a Constituição Federal de 1988 (CF) na qual se explicita, pela primeira vez, que o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência deverá ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino. Além desse claro indicador integrador, a CF estabelece diretrizes para tratar a Educação Especial como modalidade de educação escolar obrigatória e gratuita, ofertada também em estabelecimentos públicos de ensino, de maneira a propiciar aos alunos com deficiência os benefícios conferidos aos demais alunos e a integração das escolas especiais aos sistemas de ensino. (BRASIL, 2006, p. 27).

Outros documentos foram emblemáticos nesse sentido, como o Plano Nacional de Educação para Todos (1990), a Política Nacional de Educação Especial (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Esses documentos além de apontar novos caminhos para essa modalidade de ensino "[...] reafirmam a perspectiva progressiva de seu caráter pedagógico ligado à educação escolar e ao ensino público" (SEED, 2006). E a partir daí, se começa a ter novas perspectivas para o ensino público.

Em setembro de 2001, outro importante documento foi homologado pelo Ministério da Educação: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos (2006), esse documento instituiu as bases para a elaboração de normas para a Educação Especial, a fim de reorganizar a proposta de educação escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, no contexto da educação inclusiva. Muitos a consideram retrógada, ao passo que, inibe a proposta de universalização da educação:

> "(...)"a nova legislação revelou-se conservadora, ao optar pela manutenção de serviços especializados que, supostamente, não seriam compatíveis com as atuais

> diretrizes de inclusão escolar. Essa tendência repete-se na maioria dos textos legais e políticos dos estados brasileiros. (BRASIL, 2006, p. 30).

Em 2006, foram criadas as salas de recurso multifuncionais, por meio de um documento do Ministério da Educação que tinha como objetivo definir o atendimento educacional especializado (AEE). Em 2009, segundo Meletti (2014), foi instituída as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Esse documento definia que a AEE deveria ser realizado em contraturno na própria escola, na sala de recursos multifuncionais ou em centros de atendimento educacional especializados.

É importante salientar que, conforme destaca Meletti (2014) esta configuração da política pública inclusiva não é acatada e efetivada do mesmo modo nas diferentes unidades federadas do Brasil. Dessa forma, à analise a seguir é em cima de como se dá esse processo no estado do Paraná.

4. AS TICs NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM PARA COM O ALUNO DE INCLUSÃO.

4.1. TICs NA SALA DE AULA.

Em meio à era digital que se vivencia atualmente, em que a informação é atualizada a todo o momento, é inútil fugir dessa realidade e esconder-se atrás de um livro. Contudo, é importante destacar que o livro sempre será o melhor lugar de pesquisa e adquirir conhecimento, pois são informações com um nível maior de exatidão, diferente da internet em que as fontes devem ser verificadas para então assegurar que o conteúdo é confiável.

O celular virou um objeto de intimidade pessoal, faz parte da vida das pessoas, principalmente dos adolescentes. Logo, no ambiente escolar não poderia ser diferente, é inevitável que os alunos não levem o celular junto a eles para a escola, pelo fato de garantir maior segurança, pois é um meio dos pais se comunicarem com os filhos quando fora de casa, e outra que é comum utilizarem para acessar a internet sem a necessidade de ficar parado em frente a um computador de mesa por exemplo. Em contrapartida, no Estado do Paraná foi legalizada a proibição do uso deste aparelho dentro da escola, desde que segundo a Lei n.º 18.118 - 24 de Junho de 2014,

> Publicado no Diário Oficial n.º 9.233 de 25 de Junho de 2014
>
> Súmula: Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos/equipamentos eletrônicos em salas de aula para fins não pedagógicos no Estado do Paraná. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:
>
> Art. 1º Proíbe o uso de qualquer tipo de aparelhos/equipamentos eletrônicos durante o horário de aulas nos estabelecimentos de educação de ensino fundamental e médio no Estado do Paraná.

> Parágrafo único. A utilização dos aparelhos/equipamentos mencionados no caput deste artigo será permitida desde que para fins pedagógicos, sob orientação e supervisão do profissional de ensino.
>
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Não impedindo que os mesmos sejam utilizados por orientação do professor, pois, os benefícios que ele pode trazer aos alunos quando bem utilizados, vão fazer a diferença em questão de conhecimento. E para com os alunos de inclusão, servirá como estímulo motivacional, que o permitirá pesquisar, escrever e sentir-se também ativo entre os outros.

Além dos benefícios trazidos pelo uso da internet, *smarthphones* e *tablet* na escola, também há os malefícios trazidos por estes mesmos. Moran (1997) em suas obras escritas sobre o uso das tecnologias no ensino retrata essa controversa em função do seu uso. Segundo o autor Moran (1997),

> Há facilidade de dispersão. Muitos alunos se perdem no emaranhado de possibilidades de navegação. Não procuram o que está combinado, deixando-se arrastar para áreas de interesse pessoal. É fácil perder tempo com informações pouco significativas, ficando na periferia dos assuntos, sem aprofundá-los, sem integrá-los em um paradigma consistente. Conhecer se dá ao filtrar, selecionar, comparar, avaliar, sintetizar, contextualizar o que é mais relevante, significativo. (MORAN, 1997, p. 20)

Por isso, é importante o professor ter o controle na utilização desse tipo de recurso. A conscientização deve ser feita a partir desses profissionais para com os alunos, enfatizando o principal motivo de utilizá-lo, a atualização de informações e proporcionando mais conhecimento. Almeida (2001) coloca ainda que,

> Para incorporar a TIC na escola é preciso ousar, vencer desafios, articular saberes, tecer continuamente a rede, criando e desatando novos nós conceituais que se inter-relacionam com a integração de diferentes tecnologias, com a linguagem hipermídia, teorias educacionais, aprendizagem do aluno, prática do educador e a construção da mudança em sua prática, na escola e na sociedade. Essa mudança torna-se possível ao propiciar ao educador o domínio da TIC e o uso desta para inserir-se no contexto e no mundo; representar, interagir, refletir, compreender e atuar na melhoria de processos e produções, transformando-se e transformando-os. (ALMEIDA, 2001, p. 7).

Logo, existem os dois lados do uso das tecnologias de informação e comunicação na escola, da mesma forma em que pode ser benéfico, também pode se tornar um meio de distração e torná-lo prejudicial ao aprendizado do aluno. Mas, os benefícios podem ser bem maiores que os malefícios trazidos por essas tecnologias, e para os alunos de inclusão será de extrema utilidade.

4.2. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE ENVOLVAM AS TECNOLOGIAS EM PROL DO ALUNO DE INCLUSÃO.

Segundo a autora Junqueira (s/a), o "[...]uso das TIC vem amplificando as possibilidades de participação das pessoas com deficiência, tanto no universo escolar, quanto no mundo corporativo com a inclusão no mercado de trabalho pelas possibilidades de acesso usando este tipo de Tecnologia". As adaptações proporcionadas pelas TIC tem o objetivo de facilitar e em alguns casos chega a ser a única maneira de interação e integração de pessoas com deficiência, de tal forma que possam fazer parte da sociedade como participantes efetivos, colaborativos e produtivos. E na escola, um local onde se visa esse compartilhamento de conhecimentos e ideias não pode ser diferente, é importante que se utilize de práticas que favoreçam esses alunos, que os integre do meio social e educacional.

As tecnologias computacionais além de serem ferramentas práticas, permitem algumas adaptações em conformidade com as necessidades individuais, e por isso devem ser analisadas e verificar qual o tipo de acessibilidade atenderá melhor à suas necessidades especiais e especificas e adaptar o conteúdo a ser transmitido para linguagem digital.

A autora citada acima fez uma pesquisa sobre o uso das TICs na vida social, e quanto à vida educacional da pessoa de inclusão, e observou o quão é importante para essas pessoas incorporar a tecnologia como um facilitador no seu cotidiano, e para com os professores, um mediador que o ajude a passar seu conhecimento de forma mais apta a esses alunos que também querem aprender, entretanto, necessitam que seja de forma diferenciada.

São inúmeros os benefícios trazidos ao aluno a partir da incorporação da tecnologia na sala de aula, e entre estes vale destacar alguns que a autora citada no começo deste capítulo identifica. Dentre eles o respeito ao ritmo individual, a possibilidade de buscar respostas imediatas logo após que o professor pergunta, o aluno elabora o seu próprio tempo, é muito mais acessível e fácil para os impossibilitados de manusear o seu material escolar, para os deficientes de comunicação há a possibilidade de utilizar mensagens de texto, na caligrafia – alguns alunos tem grande dificuldade motora impossibilitando a comunicação escrita manual, ainda aos que tem dificuldade em enxergar, há a possiblidade de aumento das letras e contrastes. E Ainda há a possibilidade de personalizar o computador de acordo com as necessidades de cada aluno, e incluir em tempo real a participação dos alunos com necessidades especiais na obtenção e manuseio do conteúdo (JUNQUEIRA, s/a).

Estas são algumas das vantagens em utilizar a tecnologia em favor do aluno de inclusão, fazer com que diante de tantas impossibilidades encontradas no seu dia a dia, o ensino seja um ponto de partida para mostrar que ele também é capaz e produzir da sua própria maneira. É papel da comunidade escolar abrir oportunidades para com esse aluno, e não o desmotivar criando barreiras dentro do ambiente escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referente artigo propôs trazer um tema que vem sendo debatido nas escolas atualmente – O uso da tecnologia em prol do melhor aproveitamento do aluno em sala de aula, como instrumento de auxílio e mediador para os alunos de inclusão e professor –, e por isso, vem sendo estudado por vários autores como os citados durante a pesquisa.

O objetivo foi apresentar os benefícios e malefícios que o uso dessas tecnologias pode trazer aos alunos dentro da sala de aula, e como o professor pode incorporar este instrumento como recurso didático ao seu favor. Logo, foram apontadas algumas práticas de como utilizá-lo dentro da escola, fazendo com que estes aparelhos tecnológicos conectados à rede de internet, isso quando necessário à pesquisa, seja visto pelos alunos além de um objeto de distração e entretenimento, mas sim, fonte de informação e conhecimento.

A pesquisa foi totalmente bibliográfica, onde foram apresentadas colocações pertinentes de autores da área. As pesquisas feitas até agora sobre o tema ainda são muito restritas, por isso é importante que se façam mais estudos sobre as TICs e em consequência o uso destas em função dos alunos de inclusão, para que professores e orientadores educacionais tenham onde se embasar, se aperfeiçoar e inovar os planos de aula a partir do seu uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

_____**Lei n.º 18.118** - 24 de Junho de 2014. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/> Acesso em: 15 de Outubro de 2015.

ALMEIDA, M. **Tecnologia na Escola: criação de redes de conhecimento.** Série "Tecnologia na Escola" - Programa Salto para o Futuro, Novembro, 2001.

BRASIL. Ministério de Educação/Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva**. Direito à Diversidade. Curso de Formação de Gestores e Educadores Brasília: MEC/ SEESP, 2004.

BRASIL. **Diretrizes curriculares da educação especial para a construção de currículos inclusivos**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação –SEED, 2006.

CAPELLINI; MENDES. **História da Educação Especial:** em busca de um espaço na história da educação brasileira. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Vera%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2016

JUNQUEIRA, Agnes. **A importância da TIC no processo da Inclusão Escolar.** Disponível em:<http://goo.glesafe.com/?q=A+import%C3%A2ncia+da+TIC+no+processo+da+Inclus%C3%A3o+Escolar+Agnes+Junqueira> Acesso em: 10 de setembro de 2016.

MELETTI. **Indicadores Educacionais sobre a Educação Especial no Brasil e no Paraná**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 789-809, jul./set. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.

MOURA, A. **Geração Móvel: um ambiente de aprendizagem suportado por tecnologias móveis para a "Geração Polegar".** Disponível em:<http://adelinamouravitae.com.sapo.pt/gpolegar.pdf>. Acesso em: 15 outubro de 2016.

MORAN, J.M. **Como utilizar a internet na educação.** Ci. Inf. v. 26 n. 2 Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0100 19651997000200006&script=sci_arttext > Acessado em: 15 de setembro de 2016.

ROMERO; SOUZA. **Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual.** Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos.** Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_edespecial.pdf>. Acesso em: 12 de setembro de 2016.